

O ESTADO DE S. PAULO

# GERAL

SEGUNDA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 1996

PÁGINA A13

AMBIENTE

## Governo começa a controlar saída de madeira

*O plano de ação, criado há dois anos e colocado em prática agora, visa operações conjuntas entre o Ibama, a Receita Federal, o Exército e a Polícia Federal, nos postos em pontos estratégicos da Amazônia*

PABLO PEREIRA

**M**ANAUAS — O governo federal quer apertar o cerco sobre a extração e comercialização de madeira na Amazônia Ocidental. As toras cortadas nos Estados do Acre, do Amazonas, de Roraima e de Rondônia terão de passar por quatro postos de fiscalização que estão sendo criados para operações conjuntas entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Exército, a Receita Federal e a Polícia Federal (PF). O plano deve ser concluído até março, quando a madeira derru-

bada na estação de seca, que vai até dezembro, começa a descer os rios rumo às serrarias.

**Pontos estratégicos** — As bases da operação conjunta serão montadas na BR-364, em Vilhena, Rondônia (Base Mogno); em Tabatinga, no Amazonas, próximo do Peru (Base Anzol); na BR-174, fronteira de Roraima com a Venezuela (Base Prata), e em Óbidos, região de Manaus (Base Candiru).

Esse último posto funciona em fase experimental há 30 dias. "Estamos montando uma ação conjunta numa medida repressiva e disciplinadora", explicou na semana passada o su-



perintendente da PF, Mauro Spósito, em Manaus. "Precisamos mostrar ao mundo que o Brasil tem esse cuidado."

Baseado na premissa de que "pau não sobe rio", Spósito acredita que o plano não tem falhas. Em Rondônia, a madeira desce

para o Centro-Sul do País por via rodoviária. A Base Mogno, que foi montada há uma semana, deve estar pronta em 90 dias para controlar o trânsito. No Amazonas, que detém a maior área a ser fiscalizada, o esquema é diferente. A ausência de es-

tradas obriga os madeireiros a usarem os rios para escoar as toras extraídas durante a vazante, que baixa o nível dos rios, igarapés e igapós.

No verão amazônico, que ocorreu nos meses de julho, agosto, setembro e outubro, os madeireiros escolhem e derrubam a madeira. Os troncos ficam na selva à espera da cheia. A partir de novembro, as águas começam a subir. Até março, a cheia vai alagar a floresta, fazendo com que as toras flutuem. É aí que o cortador retorna à mata para buscar a madeira derrubada, levando-a para os rios, onde formam as jangadas. Presas a pinos de ferro e ligadas por um cabo de aço, as toras descem os rios puxadas por balsas.

**Custos** — A criação dos postos vai custar ao governo cerca de

R\$ 120 mil mensais. O plano vem sendo preparado há dois anos. Os postos serão interligados por computador e comunicação via satélite. "As bases funcionarão 24 horas, sem o risco de interrupção da comunicação por falta de energia", explicou Spósito.

Segundo o superintendente, a operação vai controlar ainda a passagem de contrabando de mercadorias e dar apoio no combate ao narcotráfico. "Com 30 dias de fase experimental já apreendemos 50 toneladas de produtos na Base Candiru", disse.

A operação conjunta das bases por servidores de áreas diferentes, segundo o superintendente, deve reduzir também o risco de corrupção. Ele admitiu que há casos de suborno no sistema como ele se apresenta hoje. "Agora vai ficar mais difícil ocorrer isso."

**POSTOS  
ESTÃO  
MONTADOS EM  
4 ESTADOS**

**CUSTOS  
SERÃO DE R\$  
120 MIL  
POR MÊS**